

O que querem os servidores?

Entre os dias 4 e 6 de setembro, os deputados votarão Medidas Provisórias de interesse direto dos servidores. Nesse momento teremos que concentrar toda a pressão para que nossas reivindicações sejam aprovadas, seja por meio de acordos com o governo, seja, diretamente, por vota-

ções em plenário.

A tática dos servidores está definida. Por um lado, exigimos do governo a imediata reabertura das negociações para que os problemas existentes nas MPs sejam corrigidos por iniciativa política do próprio governo. Ao mesmo tempo, apresentamos nossas reivindicações

aos deputados, na forma de emendas às MPs.

Em diversos locais de trabalho, como no MEC, por exemplo, já começou o trabalho de envio de emails, telefonemas e pressão sobre os parlamentares em favor das nossas emendas. É um exemplo a ser seguido por todos Assembléias e reuniões

vão ocorrer durante as próximas semanas para organizar a mobilização. Participe! É o seu futuro e do seu posto de trabalho que está sendo decidido agora.

Vamos, novamente, lotar a Esplanada, com um foco muito claro: o movimento dos servidores é pelo atendimento das reivindicações.

É assim que construímos a unidade da categoria e preservamos a independência frente a todos os governos e partidos, sem abrir espaço para tentativas de desviar a energia dos servidores para outros fins que não sejam a reabertura de negociações e a aprovação das emendas.

Relatores das Medidas Provisórias recebem reivindicações dos servidores

Os relatores das Medidas Provisórias 301 e 304, já começaram a receber da Condsef as emendas defendidas pelos servidores.

As emendas à MP 301, que atinge os ministérios da Saúde, do Trabalho, e da Previdência, e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), foram entregues à consultoria técnica da deputada Mariângela Duarte (PT-SP).

Entre as principais propostas, está a substituição do termo “fica criada a carreira” por “reestruturação”,

para que os servidores não tenham que passar mais 15 anos na carreira antes de se aposentar (Emenda Constitucional 47). Outra proposta é a retirada do termo “em especial”,

usado no texto que trata da renúncia a ações na justiça. Com o uso desse termo, outras ações, além daque-

las referentes aos 47,11%, já conquistadas ou em andamento podem ser anuladas, uma vez que a justiça pode interpretar a adesão ao termo como renúncia genérica a todos os direitos já eventualmente conquistados pelo servidor.

Também preocupam questões referentes à aposentadoria. No caso da MP 304, por exemplo, cuja relatora é Maria Helena Rodrigues (PSB-RR), a Condsef, propõe que a nova gratificação (GDPGTAS) para os servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC), transformado em Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), incorpore o tempo de fruição da GDATA. A defesa da paridade e da retroatividade (fevereiro 2006) do reajuste dos servidores oriundos do PCC também foram temas da reunião.

A luta é para que todas as nossas propostas (veja quadro ao lado) sejam contempladas no Projeto de Lei de Conversão que será elaborado pelos relatores e irá para votação no Plenário da Câmara.

MP 295 - Paulo Pimenta (PT-RS)

MP 301 - Mariângela Duarte (PT-SP)

MP 302 - Luciano Castro (PL-RR)

MP 304 - Maria Helena Rodrigues (PSB-RR)

- 1) estabelecer valores fixos para as atuais e novas gratificações;
- 2) preservar a contagem de tempo para aposentadoria;
- 3) manter critérios para incorporar as gratificações;
- 4) restabelecer a paridade ativo/aposentado/pensionista;
- 5) estender os prazos de opção;
- 5) modernizar cargo de técnico do Bacen;
- 6) não renunciar a direitos administrativos e judiciários;
- 7) estender a GSISTE para todos no Planejamento;
- 8) equiparar tabelas da CSST e PCC;
- 9) preservar o direito a jornada especial;
- 10) manter as VPNIs;
- 11) implantar, reestruturar

- ou corrigir gratificações e carreiras (MEC, MDIC, INCRA, MAPA, Ibama/MMA);
- incrementar e equiparar salários; retroagir a vigência da concessão de gratificações e enquadrar servidores que ficaram de fora dos novos planos (Carreira de Tecnologia Militar, ex-Territórios).
- 12) defender a aposentadoria integral.
- 13) O Plano de Carreira dos servidores da AGU; a extensão aos servidores PCC/PGPE do Itamaraty dos valores remuneratórios concedidos aos oficiais e assistentes de chancelaria; e a gratificação aos servidores redistribuídos da Imprensa Nacional são emendas que serão defendidas junto aos relatores das MPs.

Governo suspende liberação de dirigentes sindicais

O Ministério do Planejamento suspendeu unilateralmente a liberação dos servidores que atuam como dirigentes sindicais. No Sindsep-DF, por exemplo, os diretores Cleusa Cassiano (Finanças) e Edison Cardoni (Imprensa) terão mais dificuldades para acompanhar as atividades sindicais.

A decisão do governo está ligada à suspensão das “mesas permanentes de negociação”. Os interesses do governo foram contrariados pelo Sindsep-DF e pela Condsef especialmente no momento em que a Plenária dos servidores do Plano de Classificação de Cargos, de 31.03, rejeitou de maneira categóri-

ca e definitiva toda possibilidade de fechar um acordo com a quebra da paridade e as “gratificações de desempenho”. A partir daí, o governo rompeu negociações, fechou-se em copas para editar as MPs impondo suas políticas com todos os problemas e armadilhas que já conhecemos.

A decorrência lógica de tudo isso foi suspender as liberações. Mas essa é uma conquista da categoria que precisa ter diretores liberados para organizar a luta dos sindicatos. Por isso, a volta das liberações – independentemente das opiniões que o governo tenha sobre as mesas de negociação – passa a ser mais uma exigência da categoria.

Atenção Seguridade!

É importante que os servidores da Seguridade Social (Saúde, Trabalho, Previdência e Funasa) não assinem o termo de adesão à Carreira da Previdência, da Saúde e do Tra-

balho até que se resolva os problemas no texto da MP 301. O prazo para opção vence somente em 27.09. Até lá, nossa luta é cobrar do governo o atendimento das reivindicações.

Em defesa dos salários: cuidado com os subsídios

Tramita na Câmara dos Deputados uma Medida Provisória que transforma o salário de vários setores em subsídio. A MP 305 insere os valores do vencimento básico, das gratificações e dos pró-labores no chamado "subsídio". Com isso, o valor dos salários pode ser diminuído a qualquer momento, de acordo com os interesses do governo. As categorias alcançadas pela medida foram Procurador da Fazenda Nacio-

nal; Advogado da União; Procurador Federal; Defensor Público da União; Procurador do Banco Central do Brasil; Carreira Policial Federal; e Carreira de Policial Rodoviário Federal.

A preocupação é que o governo, assim como fez com as "gratificações de desempenho", acabe impondo isso a todas as categorias do funcionalismo público. É preciso ficarmos atentos e mobilizados para defender os

salários e a incorporação de todas gratificações ao vencimento básico.

Não podemos continuar com a situação atual em que o vencimento básico perde terreno e o servidor fica com uma remuneração total constituída por gratificações, ou, agora, "subsídio", facilmente manipuláveis e podendo ser a qualquer momento diminuídas ou retiradas pela intensificação dos ataques do governo aos servidores.

Descaso da direção da AGU

Na quarta-feira, dia 16.08, a delegacia sindical do Sindsep-DF na Advocacia-Geral da União (AGU) denunciou à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) as péssimas condições de trabalho que os servidores da AGU enfrentam no momento. Desde o início da semana passada, a direção da AGU autorizou a realização de obras no segundo andar da sede. Com isso, centenas de servidores lotados no local são obrigados a conviver com muita poeira, barulho causado pelos equipamentos utilizados na subs-

tituição do gesso do teto, além de riscos de acidente de trabalho. Muitos servidores já apresentaram problemas de saúde ocasionados pela obra. Não bastasse isso, os funcionários da empresa contratada para o serviço trabalham sem o uso dos equipamentos de segurança, contrariando normas trabalhistas (foto).

A DRT irá apurar as denúncias. Antes de procurar a DRT, a delegacia sindical cobrou uma posição do secretário-geral da AGU. Porém, nenhuma providência foi tomada até o fechamen-

to desta edição. Também foi acionada a chefia da Procuradoria-Geral da União (PGU), que encaminhou e-mail a Secretaria-Geral (SG) solicitando a suspensão da obra, até o remanejamento dos servidores para um local apropriado.

A delegacia sindical entende que houve um desrespeito com o funcionalismo público, que foi submetido a péssimas condições de trabalho. A pergunta que fica é, porque se discute tanto as condições de trabalho no grupo de saúde do trabalhador, instaurado pela SG, e, na prática, vemos este ato de desrespeito e ilegalidade? Vigilante, preparando-se inclusive para verificar as condições de trabalho nas demais unidades do órgão – incluindo o que diz respeito às relações no trabalho – a delegacia sindical continua cobrando uma solução. Caso ela não venha, o caminho será acionar também o Ministério Público do Trabalho.



Curso de Formação Sindical

Os delegados sindicais estão convocados a se inscrever para o Curso organizado pela Secretaria de Formação do Sindsep-DF

Data: 06 a 09 de outubro – Caldas Novas (GO)

Inscrições: até 31 de agosto, com Marinalva (3212-1947)

Reunião com relator da LDO 2007

Está confirmada para o dia 5 de setembro a reunião da Condesef com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG). O objetivo é garantir na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2007 os recursos necessários às demandas específicas dos servidores federais.

A LDO é uma das matérias votadas por senadores e deputados em conjunto, em sessão deliberativa do Congresso Nacional que tem pauta independente do plenário das duas Casas. Por

esta razão, as MPs que trancam a pauta na Câmara não impedem a votação no plenário do Congresso, realizada normalmente no Salão Azul (Senado).

É necessária a presença mínima de 1/6 dos 513 deputados e 1/6 dos 81 senadores para haver votação em plenário. No momento, o Congresso está de recesso branco em decorrência do período eleitoral e, por esta razão, não existe ainda uma data definida para a votação da matéria. No entanto, a LDO precisa ser votada até o final do ano.

As conseqüências da terceirização (2)

Desde 2001, a Conservo – uma das empresas investigadas pela Polícia Federal na operação Mão-de-Obra – terceiriza profissionais para o Ministério da Justiça. Na lista de funcionários há desde faxineiros a assessores especiais, os quais, em alguns casos, ocupam chefia ou possuem autoridade de chefes, desempenhando funções que seriam de DAS. Muitos desses terceirizados recebem salários bem mais altos que os de servidores de carreira, que se dedicam ao funcionalismo público há mais de dez ou 15 anos.

Há até casos em que ex-DASs preferem ser terceirizados.

Que a terceirização é uma erva daninha

cuja conseqüência é o desmonte do serviço público e que o desmonte do serviço público abre caminho à desagregação e à corrupção todos já sabem. A pergunta é como, apesar de todos os resultados desastrosos e das evidências criminosas levantadas pela PF, o governo ainda insiste em gastar o dobro de recursos na manutenção desse sistema? Porque o governo não abre novos concursos públicos? Inclusive oferecendo a oportunidade de os terceirizados se tornarem servidores concursados? A situação do Ministério da Justiça não é a única na Esplanada dos Ministérios. Não está na hora de mudar essa situação?

SINDSEP-DF Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900.
Redação: Edison Cardoni, Giselle do Valle. Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP – Fotos: MI Management – Tiragem: 12.000 – Impressão: Red Graf